



O Trabalho Associativo em Empreendimento de Economia Solidária e o papel da Educação Ambiental Crítica, Emancipatória e Transformadora

Marcia Borges Umpierre¹

Thierry Silva Pecke²

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello³

Resumo: O presente trabalho visa compreender como a economia solidária e a educação ambiental auxiliam no processo de emancipação e transformação de catadores e catadoras no sul do Rio Grande do Sul. Para tanto foram acompanhadas em torno de 68 reuniões, 4 assembleias ordinárias em cooperativas e associações, organização de documentos, realização de 9 oficinas de formação. Foram feitas observações e intervenções, algumas atividades foram propostas pelos pesquisadores e outras foram demandadas pelos grupos. Observou-se que todos os grupos apresentam características semelhantes, mas constatou-se ainda que cada grupo tem as suas especificidades, e necessidades, por vezes, distintas. Essas características estão diretamente relacionadas, com a forma que os grupos estão organizados, e como foram constituídos, bem como a maturidade dos grupos na realização das atividades.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Economia Solidária; Reciclagem; Catadoras e Catadores.

The Associative Work in Development of Solidarity Economy and the role of Critical, Emancipatory and Transformative Environmental Education

Abstract: The present work aims to understand how solidarity economy and environmental education help in the process of emancipation and transformation of pickers and pickers in the south of Rio Grande do Sul. For this purpose, 68 meetings, 4 ordinary assemblies in cooperatives and associations, organization of documents, 9 training workshops. Observations and interventions were made, some activities were proposed by the researchers and others were demanded by the groups. It was observed that all the groups have similar characteristics, but it was also verified that each group has its specifics, and sometimes different needs. These characteristics are directly

¹ Doutoranda em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: mbumpierre@furg.br

² Graduando em Agroecologia. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista de Extensão EPEC – FURG. E-mail: thierris@gmail.com

³ Doutora em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: luciaanello@hotmail.com

related, with the way the groups are organized, and how they were constituted, as well as the maturity of the groups in the accomplishment of the activities.

Keywords: Environmental education; Solidarity economy; Recycling; Pickers and Pickers.

El trabajo asociativo en emprendimiento de economía solidaria y el papel de la Educación Ambiental Crítica, Emancipatoria y Transformadora

Resumen: El presente trabajo pretende comprender cómo la economía solidaria y la educación ambiental auxilian en el proceso de emancipación y transformación de recolectores y recolectores en el sur de Rio Grande do Sul. Para ello se acompañaron en torno a 68 reuniones, 4 asambleas ordinarias en cooperativas y asociaciones, organización de documentos, realización de 9 talleres de formación. Se hicieron observaciones e intervenciones, algunas actividades fueron propuestas por los investigadores y otras fueron demandadas por los grupos. Se observó que todos los grupos presentan características similares, pero se constató que cada grupo tiene sus especificidades, y necesidades a veces distintas. Estas características están directamente relacionadas, con la forma que los grupos están organizados, y cómo se constituyeron, así como la madurez de los grupos en la realización de las actividades.

Palabras clave: Educación ambiental; Economía Solidaria; reciclaje; Catadores y Catadores.

1. Introdução

A preocupação com o meio ambiente não é uma pauta nova dentro das universidades, nem para a sociedade moderna, como um todo. Temas como aquecimento global, qualidade das águas, do ar, assim como a quantidade de lixões a céu aberto, são debatidos diariamente, inclusive nas mídias de massa em todo o planeta. O discurso existe, mas falta a ação.

Ao abordar a temática ambiental, a educação ambiental visa formar e preparar cidadãos para uma reflexão crítica, que contribua para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, para que seja possível tornar viável o desenvolvimento dos seres humanos e harmonia com o meio ambiente (PELICIONI; PHILIPPI JR., 2014).

Loureiro (2004) destaca que a educação ambiental no Brasil, foi concebida a partir de uma matriz que tem a educação como um elemento de transformação social inspirada no diálogo, na cidadania, no empoderamento do sujeito, na superação das formas de dominação do capital e na compreensão da complexidade do mundo e da vida de uma forma geral.

Ao encontro desta matriz está a Educação Ambiental na Gestão, vertente que tem como concepção uma educação que toma o espaço da gestão ambiental como elemento estruturante na organização do processo de ensino-aprendizagem, construído com os

sujeitos nele envolvidos, para que haja de fato controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações (QUINTAS, 2007).

Ancorada na concepção crítica, o compromisso da Educação Ambiental na Gestão é “com aqueles segmentos da sociedade brasileira, que na disputa pelo controle dos bens naturais do país, historicamente são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus” de tais decisões. (QUINTAS, 2007, p.136).

Nesta proposição, fazemos a relação da educação ambiental com a economia solidária, pois a primeira tem a educação como elemento fundamental para a transformação social e a segunda atua na geração de trabalho e renda, ambas atuam na superação das formas de dominação do capital.

Neste sentido, os catadores de materiais recicláveis constituem-se os sujeitos desta ação, dada sua inserção na gestão dos resíduos sólidos urbanos, no seu histórico alijamento nos processos decisórios desta gestão, bem como na forma organizativa em cooperativas/associativas que atuam.

Dessa forma o objetivo deste trabalho foi compreender como a economia solidária e a educação ambiental auxiliam no processo de emancipação e transformação de catadores e catadoras no sul do Rio Grande do Sul.

Para que fosse possível compreender essa relação, buscou-se verificar como os grupos de catadores e catadoras estão organizados, bem como a forma que eles atuam nos seus municípios, e ainda como estes trabalham em rede. Nessa análise temporal, precisamos entender como esses sujeitos se comportam diante de questões que necessitam de uma força coletiva para que consigam conquistar o seu espaço.

2. Referencial Teórico

2.1 Educação Ambiental

A Educação Ambiental começou a ser abordada no Brasil, considerando os aspectos legais ainda no ano de 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente, que já abordava sobre a necessidade de a educação ambiental estar presente nas escolas brasileiras em todos os níveis.

A Constituição Federal (CF) de 1988, Carta Maior do Estado Brasileiro determina que o poder público deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, Art. 225, § 1º, VI).

Em 1999 é sancionada a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, e no Art 1º é apresentado o conceito de educação ambiental como sendo

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Com base na abordagem apresentada, pode-se verificar que a educação ambiental sob a ótica da PNEA, necessita de um despertar individual e ao mesmo tempo coletivo, considerando a Educação Ambiental formal são necessárias ações governamentais, trabalhem a educação ambiental para dentro das escolas.

Mas entende-se que a educação ambiental, não necessita ser trabalhada apenas nas escolas, Quintas (2007, p. 141) entende que a Educação Ambiental

[...] deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído.

Neste sentido é que a educação ambiental não-formal é apresentada, e está “apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política” (TREIN, 2008, p.44).

A autora descreve ainda que EA contribui à visão crítica da sociedade, podendo incentivar uma maior participação dos brasileiros nas questões que envolvem as políticas públicas, assim como os movimentos sociais que possuem a finalidade de lutar a resolução de problemas ambientais. Essa análise permite o diálogo e o embate, pois visa a explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa.

Nessa mesma linha de pensamento Sato, Gauthier e Parigipe (2005) apresentam a EA como uma forma de luta política, pois permite uma forte transformação, pois revela uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações. Nesta, o conhecimento técnico-científico, assim como o saber popular conseguem proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática.

Considerando esses aspectos, Quintas (2007) cita que a relação entre a teoria e a prática deve ser verificada na construção do conhecimento sobre uma realidade, para transformá-la, com a mediação de critérios éticos. Sendo assim ele propõe uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória.

- Crítica: na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui.
- Transformadora: porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza.
- Emancipatória: por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos.

Ao analisar essa EA proposta por Quintas (2007) deve-se levar em conta os aspectos ambientais, sociais, culturais e de autogestão.

2.2 Economia Solidária

A discussão teórica e busca efetiva de formas alternativas de geração de trabalho e renda para contrapor o sistema capitalista hegemônico não são recentes. Essas iniciativas remontam o período da Revolução Industrial na Europa. Na América Latina as contribuições conceituais e práticas da Economia Solidária possuem um robusto grupo de autores e militantes que têm dedicado suas agendas de pesquisa nessa temática. Paul Singer, Luiz Razetto e José Luis Coraggio são alguns desses expoentes, que somados aos autores contemporâneos de inúmeras instituições de ensino, pesquisa tem chamado a atenção e se debruçado na discussão de iniciativas práticas de Economia Solidária.

Apesar de não haver um consenso sobre a melhor definição de Economia Solidária, um dos conceitos mais utilizados trata como uma “alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças. (Brasil, 2015)

No Brasil, a discussão sobre Economia Solidária ganha maior visibilidade a partir da crise econômica dos anos 1990 em diante, dado o grande número de desempregados que

precisavam sair em busca de trabalho⁴. Como destaca LEITE (2009), o processo de redemocratização no país em 1985 foi definitivo para a Economia Solidária: trabalhadores de diversos ramos de atividades iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos solidários. Nesse movimento, algumas iniciativas foram fundamentais, como a Cáritas Brasileira; a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Co-gestão); a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) e, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os dados da Economia Solidária no Brasil não são desprezíveis se pensarmos em termos de geração de trabalho e renda para uma classe social que detém menos privilégios. De acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária (Brasil, 2015), existem em torno de 20 mil Empreendimentos de Economia Solidária no país, que representam em torno de 4% do PIB. Dentre as iniciativas estão diversos ramos de cooperativas, associações de trabalhadores, iniciativas de crédito rotativo, artesãos, bancos comunitários, incluindo aqui as iniciativas dos catadores de material reciclável. Na região sul do Rio Grande do Sul, os catadores de material reciclável, foco do presente estudo, possuem relevante papel tanto socioeconômico como ambiental, como se verá nas sessões seguintes.

No entanto, a despeito do avanço no quadro conceitual sobre Economia Solidária; das políticas públicas direcionadas para a mesma, especialmente após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003; da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010, a qual incumbe aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, delegando a coleta seletiva à participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis (Brasil, 2010), o que temos nos dias correntes para a região em análise é um quadro de não consolidação desses avanços.

Essas afirmações podem ser evidenciadas com a verificação *in loco* da implantação das políticas de resíduos sólidos existentes nos municípios analisados. Podemos afirmar que apesar de existirem de direito, nem sempre as mesmas são efetivadas de fato. Essas conquistas não estão dadas, precisam ser reafirmadas e garantidas. Nesse sentido, a Economia Solidária, via cooperativas e associações de catadores, tem o potencial de contribuir efetivamente na melhoria da qualidade ambiental dos municípios e na geração

⁴ Esse período é marcado por uma inflexão – até 1980 a maioria dos empreendimentos de Economia Solidária estavam no meio rural.

de trabalho e renda aos catadores, mas para tanto, é necessário que os gestores públicos tenham clareza dos benefícios gerados. Esse é o desafio que está posto para a consolidação e expansão das potencialidades da coleta de material reciclável.

2.3 Reciclagem Popular

Quando se pensa em reciclagem, o normal é pensarmos no final da cadeia produtiva, pensamos nos resíduos, mas não consideramos todo o processo para que esse material chegasse a ser considerado um resíduo. Estamos inseridos em um sistema capitalista, que é movido pelo consumo, somos estimulados a todo o momento a comprar, porém esse consumo exacerbado também causa danos ambientais e sociais.

Essa lógica consumista conforme Fontenelle (2014) é objetivada pelo processo capitalista, visto que sua verdade se apoia em uma ilusão, sendo assim é necessário compreender o consumo como o grande organizador social da ilusão. Essa ilusão não é nova pois vem desde a Revolução Industrial, quando foram desenvolvidas diferentes estratégias de mercado para que fosse moldada uma cultura movida pelo desejo de consumir, e com o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias, essa sede pelo consumo só se agrava.

Fruto dessa febre consumista, o excesso de “lixo”, tem se tornado um grande problema para a sociedade, e com ele, problemas como a poluição de águas e do ar por resíduos industriais, lixões a céu aberto, são facetas desse sistema que insiste em nos dizer que para sermos felizes devemos comprar.

Na contramão do consumo exagerado, está a natureza, com seus recursos finitos, que não dará conta das necessidades infinitas dos consumidores. Adicionalmente, deve-se considerar que boa parte do que compramos tende a retornar para a natureza com uma velocidade muito grande, como é o caso das embalagens por exemplo, gerando assim uma grande quantidade de resíduos sólidos que, segundo Layrargues (2002), é apontada por ambientalistas como um dos mais graves problemas ambientais urbanos da atualidade.

Layrargues (2002) descreve ainda que em função de compreender a necessidade do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos surge a política ou pedagogia dos 3Rs, que significa reduzir, reutilizar e reciclar. Porém o autor ressalta que o discurso ecológico alternativo seguir a seguinte lógica: primeiramente deve-se reduzir consumo, sendo que esta deve ser priorizada quando relacionada com a reutilização e a reciclagem; após deve-se buscar a reutilização e pôr fim a reciclagem.

Contudo, essa análise deve ser feita considerando dois pontos de vista no que tange as possibilidades de compreensão da Política dos 3R's, onde: “o primeiro prioriza a redução e reutilização e articula-se com o projeto político-ideológico progressista; o outro prioriza a reciclagem e articula-se com o projeto liberal” (LAYRARGUES, 2002, p. 5).

Esses pontos de vista apresentados, consideram que o primeiro, tenderia a reduzir o consumo, reduzindo assim o extrativismo e a produção de bens de consumo, já o segundo ponto de vista, entende que se reciclar não é necessário reduzir o consumo.

Porém, essas questões quando observadas sob a ótica ambiental, percebe-se que não há um cuidado com os resíduos, Ortigoza e Cortez (2009, p.44) comentam que a forma de consumo praticada por essa sociedade é insustentável, que “não é possível a incorporação de todos no universo de consumo em função da finitude dos recursos naturais, não somente para serem explorados como matéria-prima, mas também por receberem resíduos após a utilização dos produtos”.

Neste contexto, verifica-se a crescente preocupação com a correta destinação dos resíduos sólidos, e com aprovação da Lei 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que prevê a eliminação e recuperação de lixões, e busca associar essas ações à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, verifica-se possibilidades reduzir os impactos ambientais causados pelo excesso de consumo, pelo menos no que refere-se aos resíduos.

Além disso, o “lixo” tornou-se um objeto de demanda social, visto que em função das desigualdades sociais, pessoas que possuem pouca escolaridade, e com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, veem na reciclagem uma fonte de renda para sobreviver (KIRCHNER; SAIDELLES; STUMM, 2009).

Segundo Pinhel (2013) existem aproximadamente 70,5 mil catadores informais atuando em ruas e lixões, e 30.390 organizados em cooperativas ou associações. É importante considerar que os catadores de materiais reciclados normalmente são pessoas que possuem uma vulnerabilidade social, visto que constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal, adicionalmente são homens e mulheres com histórias de vida muitas vezes assinaladas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito.

Sendo assim, reciclagem possibilita melhorar a qualidade de vida das pessoas que sobrevivem do ofício de recolher das ruas e dos lixões materiais descartados pela população, mas que possuem valor comercial, pois podem ser reutilizados ou reciclados.

Para tanto os catadores e catadoras tem se organizado em cooperativas e ou associações, pois por meio destas tem a possibilidade de melhorar a condições de trabalho, prestar serviço para os órgão públicos, na coleta seletiva, triagem e comercialização dos materiais recicláveis.

Porém, Heiden (2007) destaca que a prosperidade do processo associativo nas cooperativas e ou associações de catadoras e catadores está condicionada a inicialmente a participação do poder público nos processos de comercialização, bem como no apoio nas questões administrativas e contábeis, bem como deve ainda realizar atividades de assistência social aos catadores e catadoras, é importante ainda fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva, e fundamental que sejam realizadas atividades de caráter educativo (como cursos de alfabetização e programas de educação ambiental).

3. Metodologia

O método utilizado para a realização desta pesquisa, constitui na pesquisa participante, na qual foram realizados acompanhamentos junto às 7 cooperativas/associações de catadores e catadoras de material reciclável na região sul do Rio Grande do Sul, durante um período de 2 anos, participando de 18 reuniões da rede de comercialização, em torno de 50 reuniões nas cooperativas e associações, 4 assembleias ordinárias em cooperativas e associações, organização de documentos, realização de 9 oficinas de formação, entre outras. Foram feitas observações e intervenções no intuito de propor atividades para a organização dos grupos, bem como os grupos fizeram solicitações de atividades e demandas específicas visando solucionar problemas e deficiências na organização das cooperativas e associações.

4. Resultados

As cooperativas e associações que são acompanhadas e que são objeto dessa pesquisa, consistem em grupos de catadores e catadoras que atuam em municípios na região sul do Rio Grande do Sul, e realiza as atividades de catação, alguns com contrato junto às prefeituras municipais, com usina de triagem, e outros realizam a catação pelas ruas do município e fazem a triagem em local cedido pelo município.

No acompanhamento dos grupos, verificamos que estes possuem relação com instituições de ensino superior, normalmente por meio de projetos de extensão e ainda recebem formação realizadas por associações relacionadas a atividade de catação, e de

fomento da economia solidária. Alguns grupos possuem o acompanhamento dessas instituições por mais de 5 anos, outros o acompanhamento tem em média 2 anos e alguns grupos estão em fase inicial dos projetos de extensão.

Verificou-se que nesses 2 anos em que as(os) pesquisadoras(es) estão acompanhando os grupos, as atividades de formação normalmente são propostas pelas instituições de ensino, já as demandas dos grupos são normalmente relacionadas à gestão de conflitos quer seja internos, quer seja externos, e esses externos normalmente estão relacionados aos contratos com as prefeituras municipais para a realização da coleta seletiva, e recebimento de materiais na usina de triagem.

Muitos são os problemas enfrentados pelos grupos, sendo que os principais podemos destacar os seguintes: a falta de estrutura nos galpões e na coleta do material; o desconhecimento das obrigações administrativas, financeiras e tributárias das cooperativas e associações; falta de entendimento de como deve ser o funcionamento das relações de trabalho em associações e cooperativas; o pouco reconhecimento e na grande maioria das vezes a desvalorização do trabalhos dos catadores e catadoras por parte dos gestores públicos; os baixos preços pago pelos atravessadores

Considerando os principais problemas apresentados é que para essa pesquisa nos alicerçamos na educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora e na economia solidária para compreendermos como os grupos podem auxiliados para que possam melhorar as condições sociais dos catadores e catadoras e de suas famílias, bem como compreender o seu papel na sociedade, para que possam exigir os seus direitos, e serem reconhecidos como trabalhadores e respeitados pela atividade que exercem.

Dentre os processos que visam a melhoria da renda dos catadores e catadoras a possibilidade de comercialização em conjunto, pelas cooperativas e associações tornou-se uma realidade para alguns dos grupos que são acompanhados, porém o caminho para que essa comercialização em rede fosse possível não foi fácil e ainda não é, pois além dos problemas enfrentados com os atravessadores que utilizam de diversas formas para evitar a comercialização em rede (como por exemplo: elevar os preços esporadicamente, emprestar máquinas necessárias nas usinas, empréstimos de recursos), e com isso manter os catadores e catadoras reféns das suas condições. A rede de comercialização enfrenta ainda, a desconfiança dos grupos, e é afetada diretamente pelos problemas internos que cada associações e cooperativa enfrenta.

Podemos perceber o quão fundamental é o acompanhamento das instituições de ensino superior junto aos grupos, nas atividades de formação e no acompanhamento das

reuniões, visto que a compreensão das condições de exploração as quais muitas vezes os catadores e catadoras se encontram; o reconhecimento da importância das atividades desenvolvidas por esses sujeitos para os municípios, para a sociedade e para o meio ambiente; o entendimento da forma que as cooperativas e associações devem geridas; e ainda a responsabilidade que esses sujeitos tem com a geração de trabalho e renda para inúmeras pessoas que são invisibilizadas pela sociedade, auxiliam na constituição de sujeito críticos, e possibilitam a transformação desses sujeito que muitas vezes são silenciados pelo sistema, em sujeitos que se reconhecem como integrantes da sociedade com direitos e deveres, e que tem a capacidade de buscar meios para a sua emancipação econômica, social e política.

Compreendemos que para que a economia solidária aconteça, é necessário que os sujeitos estejam cientes do lugar que eles ocupam no mundo, é nessas atividades temos percebido que os catadores e as catadoras no decorrer das formações e das atividades realizadas tem colocado em prática ainda que de forma moderada os princípios da solidariedade, da cooperação e da autogestão, o que tem sido muito importante para que os grupos permaneçam atuando em conjunto, e aos poucos estão conseguindo minimizar os problemas enfrentados.

5. Considerações Finais

Como base para a realização deste estudo, o conceito apresentado por Quintas (2007) no qual descreve que a Educação Ambiental deve propiciar formas para que grupos sociais se desenvolvam e possam intervir na gestão do uso dos recursos, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, e ainda os princípios da Economia Solidária, que são a solidariedade, a cooperação e a autogestão, é que esse estudo buscou compreender como a economia solidária e a educação ambiental auxiliam no processo de emancipação e transformação de catadores e catadoras no sul do Rio Grande do Sul.

No acompanhamento dos grupos de catadores e catadoras de materiais recicláveis, esses conceitos são trabalhados no dia-a-dia, nas oficinas de formação, mas também durante as reuniões e atividades organizativas, e pode-se verificar o quão importante é trabalhar essas perspectivas, e verificar como os catadores e catadoras no decorrer do tempo estão compreendendo o seu lugar na sociedade, e como tem melhorado a relação interna nos grupos, bem como compreendendo que devem se organizar para não serem explorados pelos atravessadores e pelos gestores públicos. Adicionalmente se

reconhecendo como classe trabalhadora e com isso, atuando de forma coletiva, para auxiliar os grupos de catadores e catadoras de outros municípios.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. Brasília, 2015.

FONTENELLE, Isleide Arruda. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 92, p. 207-240, 2014.

KIRCHNER, Rosane Maria; SAIDELLES, Ana Paula Fleig; STUMM, Eniva Miladi Fenandes. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 5, n. 3, p. 221-232, set-dez/2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O Cinismo da Reciclagem**: o significado ideológico da reciclagem de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de Cortez. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 24, n. 69. Set/2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri, CORTEZ, Ana Tereza C. **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR., Arlindo. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2ª ed. Barueri: Malone, 2014.

PINHEL, Julio Ruffin. **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

QUINTAS, José Silva. **Educação na Gestão Ambiental Pública**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores - Volume 2. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

TREIN, Eunice. A Perspectiva Crítica e Emancipatória da Educação Ambiental. In: **Salto para o Futuro** – Educação Ambiental no Brasil. Ano XVIII, boletim 01, março, 2008.

SATO, Michele; GAUTHIER Jacques Zanidê; PARIGIPE, Lymbo. **Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoiética**. In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação Ambiental. São Paulo: Artmed, 2005.

Submetido em: 23-09-2018.

Publicado em: 26-11-2018.